INCENTIVO À LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES COMPETENTES

MARCIA LUCIA TELLES DA SILVA

RESUMO
O artigo aborda a importância da leitura na Educação Infantil e destaca seu papel fundamental na inserção da criança no mundo letrado. O estudo discute a contribuição da leitura para o desenvolvimento cognitivo, social e intelectual da criança desde a primeira infância. A pesquisa caracteriza-se como estudo bibliográfico e fundamenta-se na análise de obras e estudos sobre a leitura na Educação Infantil. O trabalho analisa o papel da escola na formação de leitores competentes e ressalta a necessidade de estratégias que estimulem o interesse e o prazer pela leitura. O artigo afirma que a escola forma leitores competentes por meio da criação de oportunidades de contato com a leitura desde os primeiros anos de vida. O estudo defende o acesso da criança a diversos materiais que favorecem a aproximação com a leitura e a escrita. A pesquisa reconhece a leitura na infância como fator decisivo para o crescimento intelectual e social. O artigo enfatiza a importância de um ambiente educativo que valoriza e incentiva o contato com livros e histórias. Conclui-se que a leitura na Educação Infantil contribui para o desenvolvimento integral da criança e amplia a capacidade de compreensão, interação e interpretação do mundo. O estudo afirma que o contato precoce com materiais de leitura favorece a construção do conhecimento e a inclusão no ambiente escolar e social. O artigo conclui que a escola promove o desenvolvimento intelectual e social ao reconhecer a leitura como ferramenta essencial. E promoção de desenvolvimento e do seu crescimento integral.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Educação Infantil; Escola; Importância; Leitura.

INTRODUÇÃO

A leitura na educação infantil constitui um hábito fundamental, que deve ser sistematicamente incentivado tanto pela instituição escolar quanto pelos responsáveis legais. O contato precoce com o universo literário contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual, social e cognitivo da criança, promovendo, ainda, a estimulação da criatividade, da empatia e da imaginação. A prática da leitura dirigida à criança transcende o aspecto pedagógico, configurando-se como um gesto de atenção e afeto que fortalece os vínculos interpessoais. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (2017), “a leitura na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, pois estimula a imaginação, o pensamento crítico e amplia o repertório cultural.” Além disso, a familiarização com os livros desde os primeiros anos de vida amplia a compreensão do mundo e favorece a formação de sujeitos críticos e conscientes. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância da leitura na formação integral do indivíduo, destacando seu papel no estímulo à curiosidade, no enriquecimento vocabular e no desenvolvimento das competências comunicativas.

Portanto, incentivar o hábito da leitura implica proporcionar experiências diárias diversificadas, que respeitem os interesses e o ritmo da criança, tornando o contato com o livro um elemento prazeroso e fundamental para seu processo de aprendizagem e inserção social. Uma das funções essenciais da escola é formar indivíduos leitores. Para isso, é fundamental que a escola crie oportunidades e ofereça condições para que as crianças desenvolvam o interesse pela leitura. A fim de formar leitores competentes, é necessário garantir o acesso a uma variedade de materiais capazes de estimular esse gosto pela leitura. Além disso, a leitura incentiva as crianças a desenvolverem mais rapidamente as habilidades de escrita, pois ao entrarem em contato com diferentes textos, ampliam seu vocabulário, compreendem a estrutura das palavras e assimilam as normas da linguagem escrita. Esse processo facilita a alfabetização, promovendo uma aprendizagem mais significativa e integrada entre a leitura e a escrita. Dessa forma, o estímulo à leitura na infância não apenas prepara as crianças para o domínio da escrita, mas também fortalece a capacidade de comunicação e expressão,

essenciais para seu desempenho acadêmico e social.

CAPÍTULO I O SURGIMENTO DA ESCRITA
Sistemas de escrita foram criados, reformulados e até mesmo extintos por diferentes povos ao longo da história, e levaram mais de seis mil anos para alcançar o estágio em que se encontram hoje. Antes disso, o ser humano desenvolveu uma vasta variedade de símbolos gráficos e mnemônicos para registrar informações. A arte rupestre revela um rico repertório de símbolos — como figuras antropomórficas, representações da fauna e flora, sol, cometas e desenhos geométricos, entre outros — utilizados para retratar fenômenos comuns do mundo. Além disso, outros recursos mnemônicos, como nós em cordas, marcas em ossos ou paus e tábuas, relacionavam objetos ou eventos à fala (Fischer, 2009). Essas criações humanas, que vão desde símbolos gráficos e mnemônicos até sistemas alfabéticos de escrita, foram elaboradas para comunicar, expressar ideias e narrar fatos. No entanto, para que essa comunicação seja efetiva, é fundamental que tais símbolos sejam lidos e compreendidos. Segundo Fischer, 2006. A leitura é:

"... a capacidade de extrair sentido de símbolos escritos ou impressos [sendo que] o leitor emprega os símbolos para orientar a recuperação de informações de sua memória e, em seguida, cria, com essas informações, uma interpretação plausível da mensagem do escritor" (Mitchell, 1982 citado por Fischer, 2006, p. 11).

No início, os seres humanos pré-históricos utilizavam desenhos nas paredes das cavernas para expressar ideias, desejos e necessidades. Essas representações visuais, como as pinturas rupestres, são consideradas as primeiras formas de comunicação gráfica, funcionando como precursoras da escrita ao permitir o registro de eventos e a troca de informações. Por volta de 3500 a.C., entre os sumérios na Mesopotâmia, surgiu a escrita formal, como a cuneiforme. Essa nova forma de escrita representava sons e ideias de maneira mais elaborada do que as pinturas rupestres, possibilitando um registro mais detalhado. Com a escrita, foi possível documentar informações, organizar o comércio e a administração, além de preservar conhecimentos ao longo do tempo. Ela também facilitou a comunicação entre pessoas distantes e o acesso a informações de épocas anteriores.

A DECODIFICAÇÃO DA ESCRITA
A decodificação da escrita, é um dos processos instigadores e fundamentais no processo de alfabetização, pois consiste na capacidade de transformar sinais gráficos (letras e palavras) em sons e significados. Trata-se da habilidade de reconhecer o sistema alfabético, compreender a relação entre grafemas (letras) e fonemas (sons) e, a partir dessa correspondência, ler palavras e textos de forma compreensível. No início da aprendizagem, a criança passa por etapas importantes, como a identificação das letras, o reconhecimento de seus sons e a formação de sílabas. Esse processo envolve a consciência fonológica — ou seja, a capacidade de perceber e manipular os sons da fala — que é considerada um dos principais preditores do sucesso na alfabetização. Quando a criança compreende que as palavras são formadas por unidades sonoras menores e que essas unidades podem ser representadas por letras, ela começa a estabelecer as bases da leitura e da escrita.
De acordo com Emília Ferreiro, o processo de aquisição da escrita não ocorre de maneira mecânica, mas sim por meio da construção ativa do conhecimento pela criança. Em seus estudos sobre a psicogênese da língua escrita, desenvolvidos com Ana Teberosky, demonstrou-se que a criança formula hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita antes mesmo de dominar plenamente a decodificação convencional. Já na perspectiva fônica, defendida por autores como Magda Soares, a aprendizagem da decodificação exige o ensino sistemático das relações entre letras e sons, favorecendo a automatização da leitura. A consolidação dessa habilidade permite que o leitor avance para níveis mais complexos de compreensão textual, uma vez que a leitura deixa de ser um esforço exclusivo de decifração e passa a envolver interpretação, inferência e análise crítica. Portanto, a decodificação da escrita não deve ser entendida como um fim em si mesma,

mas como etapa essencial para o desenvolvimento da competência leitora. Quando trabalhada de forma planejada e contextualizada, contribui significativamente para a formação de leitores autônomos, críticos e participativos.

AS ESPECIFICIDADES DE APRENDER A LER E APRENDER A ESCREVER

Aprender a ler e aprender a escrever são processos interligados, mas não idênticos. Ambos fazem parte da alfabetização, porém envolvem habilidades cognitivas, linguísticas e motoras distintas. Aprender a ler significa desenvolver a capacidade de decodificar os sinais gráficos, relacionando letras e sons para compreender palavras e textos. A leitura envolve o reconhecimento do sistema alfabético, a consciência fonológica e, posteriormente, a compreensão textual. Segundo Magda Soares, ler não é apenas decifrar códigos, mas atribuir sentido ao que está escrito, articulando conhecimentos linguísticos e experiências de mundo. Já aprender a escrever implica produzir a linguagem por meio de sinais gráficos convencionais. Esse processo exige não apenas o domínio do sistema alfabético, mas também habilidades motoras (coordenação para traçar letras), organização do pensamento e compreensão das normas ortográficas. De acordo com Emília Ferreiro, a criança constrói hipóteses sobre a escrita antes mesmo de dominá-la formalmente, passando por diferentes níveis até compreender que a escrita representa os sons da fala. Enquanto a leitura parte do texto para o significado (decodificação e compreensão), a escrita parte do pensamento para o registro gráfico (codificação). A leitura tende a se automatizar mais rapidamente quando há ensino sistemático das relações entre fonemas e grafemas; a escrita, por sua vez, demanda maior planejamento, revisão e domínio das convenções da língua. Portanto, embora sejam processos complementares e desenvolvidos de forma integrada na alfabetização, ler e escrever envolvem caminhos cognitivos diferentes: a leitura centra-se na interpretação do que já está registrado, enquanto a escrita envolve a produção e organização das ideias no papel.

Outra diferença importante está na exigência de controle e monitoramento. A leitura pode ocorrer mesmo quando o leitor ainda não domina totalmente as regras ortográficas, pois o contexto auxilia na compreensão. Já a escrita demanda maior precisão, especialmente em relação à ortografia, segmentação de palavras, pontuação e organização textual. Escrever implica revisar, reescrever e refletir sobre o próprio texto — processo que requer metacognição, isto é, consciência sobre o próprio pensamento. Do ponto de vista pedagógico, é fundamental compreender que a leitura e a escrita se fortalecem mutuamente. A criança que lê com frequência amplia seu repertório linguístico, o que contribui para escrever melhor. Da mesma forma, ao escrever, ela consolida o conhecimento das relações entre sons e letras, reforçando a aprendizagem da leitura. Por isso, práticas educativas eficazes integram atividades de leitura e produção textual desde os primeiros anos da escolarização. Em síntese, aprender a ler está relacionado à capacidade de interpretar e compreender textos já produzidos, enquanto aprender a escrever envolve a produção intencional de mensagens por meio da linguagem escrita. Ambos são processos complementares, complexos e essenciais para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da participação social da criança.

A CRIANÇA APRENDE PRIMEIRO A LER OU A ESCREVER

A resposta não é totalmente linear, pois leitura e escrita se desenvolvem de forma integrada no processo de alfabetização. No entanto, do ponto de vista do desenvolvimento, a criança costuma demonstrar avanços na leitura antes de consolidar plenamente a escrita convencional. Em geral, a criança demonstra sinais de leitura convencional antes de escrever com autonomia e correção, mas os dois processos caminham juntos e se fortalecem mutuamente. A alfabetização eficaz não separa rigidamente leitura e escrita, mas propõe situações em que a criança leia para escrever e escreva para ler, construindo, de forma integrada, sua competência na linguagem escrita.

CAPÍTULO II LEGISLAÇÃO

A sociedade passou por transformações significativas, com o mundo evoluindo e surgindo pensadores e pesquisadores que questionaram o sistema vigente,

buscando novas concepções e paradigmas. Nesse contexto, o Brasil tem vivenciado diversos processos de redemocratização, acompanhados por intensos debates, fóruns, pesquisas e a criação de políticas públicas voltadas aos direitos das crianças. A LDB e outras legislações recentes relacionadas à infância são resultados diretos da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu uma nova doutrina: a criança como sujeito de direitos. O artigo 227 da CF de 1988 de f ne que:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à pro f ssionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão". (CF, 1988, p.97).

A Constituição do país reconhece a criança como um cidadão em desenvolvimento, detentor de direitos. Dessa forma, o acesso a creches e pré-escolas é garantido como um direito fundamental das crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990 - ECA) detalha esses direitos e os princípios que orientam as políticas de atendimento. Além disso, a lei instituiu os Conselhos da Criança e do Adolescente, responsáveis por de f nir diretrizes políticas, e os Conselhos Tutelares, encarregados de garantir o respeito a esses direitos. Entre eles está o direito à educação, que, para as crianças pequenas, inclui o acesso às creches e às pré-escolas. Segundo os princípios legais, éticos, políticos e estéticos, a Educação Infantil, que constitui a primeira etapa da Educação Básica, tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança até os seis anos, abrangendo seus aspectos físicos, psicológicos, cognitivos, emocionais, religiosos e sociais, complementando o papel da família e da comunidade (LDB nº 9.394/96, art. 29).
No artigo 22, a LDB reconhece a Educação Infantil como parte fundamental da Educação Básica, cuja f nalidade é desenvolver o educando, garantir a formação comum essencial para o exercício da cidadania e proporcionar os meios para seu avanço no trabalho e em estudos futuros. Essa função da instituição, que visa a introdução das crianças na cultura e a apropriação de conhecimentos básicos, exige não apenas acolhimento, mas também uma compreensão adequada das necessidades e características das crianças pequenas. Historicamente, creches e pré-escolas foram vistas de forma assistencialista, mas, ao longo do tempo, diversas mudanças ocorreram, apoiadas por documentos do MEC, como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – Resolução CNE/CEB nº 05/09. Atualmente, essas instituições desempenham uma função educativa que complementa o trabalho da família e da comunidade em que a criança está inserida, demandando uma integração efetiva entre escola e família para garantir o pleno desenvolvimento infantil. O desenvolvimento integral da criança deve ser necessariamente compartilhado com a família, considerando as formas singulares como, nesse momento da vida, as crianças experimentam o mundo, constroem conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam seus desejos e curiosidades. A Base Nacional Comum (BNC), apresenta os objetivos de aprendizagem para a Educação Infantil organizados em “campos de experiências”. Essas abordagens visam potencializar as relações das crianças com diversas linguagens e conhecimentos, de forma interdisciplinar. Trata-se de mais um documento que busca superar o modelo assistencialista e escolarizam-te tradicional.

POLÍTICA NACIONAL DE LEITURA E ESCRITA
A legislação brasileira, por meio da Lei nº 13.696/2018, institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, que reconhece o acesso ao livro, à leitura, à escrita e às bibliotecas como direitos fundamentais para a cidadania e uma vida digna. Complementarmente, a Lei nº 14.407/2022 estabelece a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura como metas prioritárias da educação básica, reforçando a responsabilidade do Estado em assegurar essas competências. Entre os principais aspectos dessa legislação, destacam-se:
Política Nacional de Leitura e Escrita: A Lei nº 13.696/2018 visa garantir o acesso democrático e universal ao livro, à leitura, à escrita e às bibliotecas públicas,

promovendo a inclusão cultural e educacional da população. Direito à leitura: A leitura é reconhecida como um direito essencial para a formação cidadã e o desenvolvimento integral do indivíduo. Universalização do acesso: A política pública busca ampliar o acesso à leitura, estimulando a criação e manutenção de bibliotecas públicas e incentivando ações que promovam o hábito da leitura. Incentivo à leitura: A legislação prevê a implementação de Planos de Livro e Leitura em âmbito estadual e municipal, além de fomentar o mercado editorial e a produção de livros em formatos diversificados. Educação básica: A Lei nº 14.407/2022 reforça o compromisso com a alfabetização completa e o desenvolvimento progressivo das habilidades de leitura durante toda a educação básica.
Além disso, tramitam projetos de lei que buscam ampliar o acesso à leitura em diferentes contextos, como a proposta de redução de pena por meio da leitura, atualmente em análise no Senado, e iniciativas para garantir livros em formatos acessíveis a pessoas com deficiência visual, como as aprovadas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em suma, a legislação brasileira promove o direito à leitura e à escrita, incentivando o acesso ao livro, às bibliotecas e o cultivo do hábito de ler em diversos setores da sociedade.

ATUALIDADE
A legislação educacional brasileira atual trata diretamente do direito à aprendizagem da leitura e da escrita na educação básica, indicando prazos, metas e orientações pedagógicas para a alfabetização. As principais normas e documentos são os seguintes: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996: A LDB é o principal instrumento legal que regula a educação no Brasil. Ela estabelece que a educação básica deve assegurar "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Nesse contexto, a alfabetização — isto é, aprender a ler e escrever — é considerada um direito de todos os estudantes na educação básica e responsabilidade do Estado assegurar esse aprendizado por meio do currículo escolar, avaliação e formação docente. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996):

"A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1996, art. 2º).

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): A BNCC é um documento normativo que orienta o que todos os estudantes brasileiros devem aprender em cada etapa da educação básica. Em relação à leitura e escrita, a BNCC estabelece que: Apropriação do sistema de escrita alfabética deve ser foco dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com desenvolvimento simultâneo de habilidades de leitura, produção de textos e compreensão das normas do sistema escrito. As crianças devem estar alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental — ou seja, capazes de ler e escrever com compreensão e exposição de ideias simples. Essa definição visa garantir que todas as crianças tenham o direito de aprender a ler e escrever de forma consolidada o mais cedo possível, proporcionando continuidade ao aprendizado nas séries seguintes. a Base Nacional Comum Curricular, que estabelece:

"Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita." (BRASIL, 2017, p. 59).

Política Nacional de Alfabetização (Decreto nº 9.765/2019): Esse decreto institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que orienta a ação do poder público para garantir que a alfabetização aconteça dentro da idade certa, com base em evidências científicas e práticas pedagógicas eficazes. A PNA integra direcionamentos curriculares e metas para diminuir a evasão escolar e o analfabetismo funcional. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: Mais recentemente, o Ministério da Educação lançou iniciativas como o Com-

promisso Nacional Criança Alfabetizada, com metas progressivas de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, reforçando que o aprendizado da leitura e da escrita é uma prioridade nacional, apoiado por ações de gestão, formação docente e avaliação. Resumindo:
A LDB garante o direito à educação e à alfabetização; A BNCC define metas curriculares concretas para que as crianças aprendam a ler e escrever até o 2º ano do Ensino Fundamental; A Política Nacional de Alfabetização e compromissos governamentais reforçam a necessidade de práticas pedagógicas eficazes para que esse direito seja efetivado.

CAPÍTULO lll A IMPORTÂNCIA DA LEITURA DESDE A PRIMEIRA INFÂNCIA

A leitura na primeira infância constitui um elemento essencial para o desenvolvimento integral da criança, sendo amplamente discutida por teóricos da educação e da psicologia do desenvolvimento. Desde os primeiros anos de vida, o contato com livros, histórias e diferentes gêneros textuais contribui para a formação de competências cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais. De acordo com Vygotsky (1991), o desenvolvimento da criança ocorre por meio da interação social, sendo a linguagem um dos principais instrumentos mediadores desse processo. Nesse contexto, a leitura compartilhada entre adultos e crianças favorece a ampliação do vocabulário, o desenvolvimento do pensamento simbólico e a construção de significados. Ao ouvir histórias e participar de momentos de leitura, a criança internaliza conhecimentos culturais e amplia sua compreensão de mundo.
Piaget (1976) também destaca que, no estágio pré-operatório, a criança desenvolve a função simbólica, essencial para a aprendizagem da leitura e da escrita. O contato precoce com livros estimula a imaginação, a criatividade e a capacidade de representação, elementos fundamentais para o desenvolvimento intelectual. A leitura, nesse sentido, não se restringe à decodificação de palavras, mas envolve a construção ativa de sentidos. Para Emília Ferreiro (1999), a criança constrói hipóteses sobre a escrita antes mesmo de ingressar no ensino formal. Ao interagir com diferentes portadores de texto, ela compreende que a escrita possui função social e comunicativa. Assim, oferecer acesso a variados materiais de leitura na Educação Infantil contribui para que a criança se aproprie gradativamente do sistema de escrita de maneira significativa.
Além dos aspectos cognitivos, a leitura também desempenha papel importante no desenvolvimento socioemocional. Segundo Abramovich (1997), ouvir e vivenciar histórias permite que a criança compreenda sentimentos, enfrente medos e desenvolva empatia, favorecendo a formação de sua identidade. A literatura infantil, portanto, atua como instrumento de humanização e formação crítica. Dessa forma, a fundamentação teórica evidencia que o incentivo à leitura desde a primeira infância é indispensável para a formação de leitores competentes. Ao proporcionar experiências leitoras prazerosas e significativas, a escola e a família contribuem para o desenvolvimento integral da criança, fortalecendo sua autonomia, capacidade de interpretação e participação ativa na sociedade

INCENTIVO À LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

A relação da criança com a leitura pode e deve começar ainda durante a gestação. Estudos indicam que o contato com a voz da mãe, por meio da leitura em voz alta, contribui para o desenvolvimento emocional e cognitivo do bebê, criando um vínculo afetivo importante. Esse hábito inicial prepara o terreno para a aceitação da leitura após o nascimento. Os pais desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são os primeiros modelos de comportamento para a criança. Quando os pais leem para o bebê ou mesmo conversam sobre histórias e livros, estão não apenas transmitindo conhecimento, mas também fortalecendo o vínculo afetivo e oferecendo segurança para a criança se sentir estimulada a explorar o universo das palavras. Portanto, incentivar a leitura desde a concepção é investir no desenvolvimento integral da criança, promovendo um ambiente rico em estímulos que favorecem o aprendizado e o prazer pela leitura. Souza e Lima (2020) destacam que “a prática da leitura na infância potencializa habilidades cognitivas e sociais, além de fortalecer vínculos afetivos entre crianças e adultos
Na escola, a introdução dos livros na

rotina dos bebês e das crianças, assim que adentram a instituição e deve ocorrer de forma natural, sem impor a leitura como uma obrigação. O estímulo à leitura deve ser iniciado muito antes do processo formal de alfabetização, pois, como já foi demonstrado, a leitura traz diversos benefícios que contribuem para o desenvolvimento da criança e aumentam sua motivação para aprender a ler e escrever. Segundo Vygotsky (1998), "a interação social mediada pela linguagem é essencial para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento cognitivo da criança." Para crianças entre seis meses e dois anos, os livros funcionam como instrumentos para despertar a curiosidade. Nessa fase, é recomendada a utilização de materiais que contenham gravuras coloridas, fantoches e folhas resistentes, facilitando a interação e o interesse dos pequenos. Entre os dois e três anos, a leitura deve focar em histórias lúdicas e educativas que estimulem a imaginação e a compreensão inicial do mundo ao redor. Já para crianças de três a seis anos, é importante oferecer leituras que estejam contextualizadas com a rotina da criança, além de contos de fantasia que ampliem seu universo de experiências.

ESTIMULAÇÃO

O papel dos pais e da escola é fundamental no incentivo à leitura na infância, embora esse processo possa apresentar desafios. A seguir, algumas estratégias eficazes para promover o interesse das crianças pela leitura:

Escolha histórias que despertem interesse: Com o tempo, é possível identificar quais narrativas atraem mais a atenção da criança. Por isso, é essencial conhecer suas preferências e selecionar livros que sejam capazes de prender seu interesse. Além disso, permitir que a criança participe da leitura, compartilhando o momento e promovendo conversas sobre o conteúdo, torna a experiência mais enriquecedora e envolvente.

Incentivar o hábito da leitura por meio do exemplo: Uma das maneiras mais eficazes de estimular o gosto pela leitura é através do exemplo dos adultos. Quando pais, professores e cuidadores demonstram interesse por livros e dedicam momentos diários à leitura, as crianças tendem a imitar esse comportamento. Ler em voz alta, compartilhar histórias e criar um ambiente rico em materiais de leitura contribuem para formar leitores apaixonados desde cedo.

Criar um ambiente acolhedor e acessível para os livros: É fundamental que o espaço onde a criança vive e aprende seja convidativo à leitura. Ter um cantinho da leitura com livros acessíveis, organizados de forma atrativa e próximos à criança facilita o contato diário com os materiais. Além disso, o ambiente deve ser tranquilo e confortável, promovendo momentos de concentração e prazer durante a leitura.

Utilizar recursos variados para estimular o interesse: Além dos livros tradicionais, é importante diversificar os recursos de leitura para manter o interesse das crianças. Contar histórias com fantoches, utilizar livros com texturas, sons e imagens interativas, além de músicas e vídeos educativos, são formas de enriquecer a experiência e favorecer o desenvolvimento da linguagem e da imaginação.

Estimular a interação e a imaginação: A leitura na educação infantil deve ir além da simples decodificação de palavras. É fundamental que a criança possa interagir com o texto, fazer perguntas, criar histórias e relacionar o conteúdo com sua própria vida. Essa postura ativa diante da leitura promove o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da capacidade de comunicação.

BENEFÍCIOS DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A leitura na educação infantil desempenha um papel essencial no desenvolvimento integral da criança, contribuindo não apenas para o seu crescimento cognitivo, mas também para a formação social e emocional. Ao proporcionar acesso a diferentes narrativas, a leitura amplia o repertório de conhecimentos da criança, permitindo que ela compreenda o mundo ao seu redor, as relações interpessoais e até aspectos de sua própria identidade. Esse processo contribui para a construção do senso crítico, uma vez que a criança passa a refletir sobre valores éticos e morais apresentados nas histórias. Além disso, o contato com o universo lúdico dos livros estimula significativamente a criatividade infantil. Histórias que envolvem personagens fantásticos, como dragões, princesas e

mundos imaginários, promovem o desenvolvimento da imaginação, essencial para o pensamento flexível e a inovação. A possibilidade de "viajar" para esses cenários sem a necessidade de recursos tecnológicos ou brinquedos caros torna a leitura uma ferramenta acessível e poderosa para o estímulo criativo. Segundo Meireles, 1984:

A literatura infantil é arte. E como arte deve ser apreciada e corresponder plenamente à intimidade da criança. A criança tem um apetite voraz pelo belo e encontra na literatura infantil o alimento adequado para os anseios da psique infantil. Alimento, esse, que traduz os movimentos interiores e sacia os próprios interesses da criança. "A literatura não é, como tantos supõem, um passatempo. É uma nutrição." (MEIRELES, 1984, p. 32)

Outro aspecto relevante é a promoção de vínculos afetivos durante a leitura compartilhada. O momento em que um adulto lê para a criança cria uma conexão emocional que vai além da simples transmissão de conhecimento. A criança, ao observar a entonação, as expressões e as pausas do leitor, desenvolve sentimentos de segurança e afeto, construindo um ambiente emocional positivo. Essas experiências favorecem a criação de memórias afetivas duradouras, fortalecendo o vínculo entre família e criança. No que tange à alfabetização e ao letramento, a leitura infantil é uma estratégia fundamental. Os livros costumam apresentar vocabulários e expressões que ampliam o repertório linguístico da criança, muitas vezes extrapolando o contexto cotidiano. Esse contato com novas palavras e estruturas favorece o desenvolvimento da linguagem oral e o reconhecimento da linguagem escrita, elementos essenciais para a aquisição da alfabetização. Desse modo, a leitura funciona como um estímulo precoce que prepara a criança para os processos educacionais posteriores. Ademais, as histórias infantis têm papel central na formação de opinião e no desenvolvimento do pensamento crítico. Através de situações e dilemas apresentados de forma lúdica, as crianças são levadas a refletir sobre comportamentos, emoções e valores sociais, mesmo que não tenham vivenciado diretamente tais experiências. Isso contribui para a construção de uma consciência ética e social desde a primeira infância. Segundo Fonseca, 2012:

Quando um professor lê um conto para seus alunos, eles não aprendem apenas os conteúdos das histórias e suas características, mas também como as pessoas utilizam a leitura, os comportamentos leitores e a compartilhar práticas sociais de leitura. Muitas vezes os professores pensam que as crianças só aprendem a ler se realizarem atividades que envolvam as letras. Com certeza, há momentos em que devemos propor atividades de leitura que permitam às crianças refletirem sobre o sistema de escrita, mas só isso não é suficiente! Temos de promover a entrada dos diversos textos na escola para que as crianças aprendam as competências necessárias para a leitura na vida cotidiana. (FONSECA, 2012, p.29)

A prática regular da leitura também impacta positivamente a capacidade de concentração das crianças. Embora seja comum que as primeiras interações com os livros gerem inquietação e dispersão, o hábito constante ajuda a desenvolver a atenção e a paciência. Com o tempo, as crianças aprendem a dedicar períodos mais longos à atividade, habilidades essenciais para seu desempenho acadêmico e social. além de inúmeras contribuições, A leitura também favorece o desenvolvimento emocional. Ao se identificar com personagens e situações, a criança aprende a reconhecer sentimentos, lidar com frustrações e compreender diferentes perspectivas.
Esse processo fortalece a empatia e as habilidades socioemocionais. Do ponto de vista escolar, crianças que têm contato precoce com livros tendem a apresentar maior facilidade na alfabetização, melhor desempenho em compreensão textual e maior autonomia nos estudos. Como destaca Magda Soares, a inserção da criança em práticas sociais de leitura desde cedo é fundamental para que ela compreenda a função social da escrita. Portanto, incentivar a leitura desde pequeno não significa apenas preparar para a escola, mas contribuir para a formação integral da criança, promovendo desenvolvimento cognitivo, emocional e social de maneira significativa e duradoura.

CONCLUSÃO

A Educação Infantil tem avançado signi f-cativamente, respaldada pela legislação nacional que fortalece esse segmento. Esse progresso nos leva a re fetir sobre o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integral da crian-ça, promovendo sua inserção em um mundo moderno e letrado. Por fm, a leitura infantil promove a ampliação do entendimento sobre diversidade cultural e social, incentivando a empatia. Ao se deparar com diferentes pontos de vista e realidades, a criança aprende a se colo-car no lugar do outro, fortalecendo sua capacidade de compreender e respeitar as diferenças.

Além disso, a identi fcação com persona-gens que enfrentam desa fos similares aos seus contribui para o autoconheci-mento e o desenvolvimento emocional, ajudando a criança a lidar com suas pró-prias emoções e a fortalecer sua autoes-tima. A leitura vai muito além da simples aquisição de conhecimento; ela é uma experiência capaz de transportar o leitor para universos diversos, oferecendo um alívio momentâneo da rotina e um refú-gio contra as pressões do dia a dia. Ao nos envolvermos com uma boa história, nossa mente se abre para a criação de imagens, personagens e cenários, esti-mulando a imaginação e a criatividade. Além disso, a leitura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da empatia. Ao vivenciar as emoções e os desa fos dos personagens, somos con-vidados a compreender melhor as dife-rentes perspectivas e sentimentos das pessoas ao nosso redor.

Essa capacidade de se colocar no lu-gar do outro é essencial para fortalecer relações interpessoais e fomentar um senso de comunidade e solidariedade. Por fm, a leitura é uma fonte contínua de aprendizado. Ela amplia nosso conhe-cimento, enriquece nosso vocabulário e aprimora nossas habilidades de comu-nicação, contribuindo signi fcativamente para o desenvolvimento pessoal e social. Conclui-se que incentivar a leitura desde a primeira infância é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. O contato precoce com livros favorece a ampliação do vocabulário, o desenvolvi-mento da imaginação, o fortalecimento das habilidades socioemocionais e a construção de vínculos afetivos signi fca-tivos. Além disso, contribui diretamente para o sucesso no processo de alfabeti-zação, preparando a criança para com-preender e utilizar a linguagem escrita de forma autônoma e crítica. Dessa forma, promover experiências de leitura desde cedo não é apenas uma prática pedagó-gica, mas um investimento essencial na formação cognitiva, emocional e social da criança.

REFERENCIAS

ABRAMOVICH, F. Literatura infantil: gos-tosuras e bobices. 5. ed. São Paulo: Sci-pione, 1997. Acesso em: 03/01/2026.

BIOFAO, I. O poder da Literatura. 2025. Disponível em: <https://institutobiofao.org.br/blog/o-poder-da-literatura/?-gad_source=ompaignid=21868910788&-gbraid=0AAAADLWczecVxBC2XGyFDL9DZptoyKR2&gclid=CjwKCA-jwwNbEBhBpEiwAFYLtGNrWNYkK4jz-TDVJbAu9A1V W39u0eeqOMQlrEFAvYEp-mI0PYYL26WhoCb0wQAvD_BwE>. Acesso em: 06/12/ 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constitui-ção da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado,1998. Acesso em: 08/12/2025.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 27 de agosto de 2018. Institui a Política Nacional de Leitu-ra e Escrita. Diário O fcial da União, Brasí-lia, 2018. Acesso em: 27/09/2025.

BRASIL. Lei nº 14.407, de 15 de junho de 2022. Altera dispositivos da Lei de Dire-trizes e Bases da Educação Nacional – LDB para assegurar alfabetização plena e capacitação gradual para leitura. Diário O fcial da União, Brasília, 2022. Acesso em: 28/01/2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Na-cional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basena-cionalcomum.mec.gov.br/.> Acesso em: 08/12/2025.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Edu-cação, nº 9394/96. Brasília;1996. Acesso em: 13/11/2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricu-lar. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basena-

cionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 17/01/2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17/01/2026.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 16/11/2025.

BRANDÃO, J. G. Leitura e formação do leitor na infância. São Paulo: Editora X, 2011. Acesso em:22/12/2025.

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2009. Acesso em: 13/02/2026.

CARDOSO, M. L. A importância da leitura na Educação Infantil. Revista Educação e Cultura, v. 12, n. 3, p. 45-58, 2019. Acesso em: 26/11/2025.

COELHO, N. N. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000. Acesso em: 15/12/2025.

COSTA, C. B., COSTA, J. E., MIGUEL, E. A., SILVA, C. P., SILVA, F. C., & QUEIROZ, C. R. (2016). A importância da leitura na educação infantil. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_leitura_na_ed._infantil.pdf> Acesso em: 05/12/2025.

CRAIDY, C. (org.) Educação Infantil Para que te quero? Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. Acesso em: 01/11/2025.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 1990. Acesso em: 12/01/2026.

FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 26. ed. São Paulo: Cortez, 1999. Acesso em: 28/01/2026.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999. Acesso em 21/01/2026.

FISCHER, S. R. (2006). História da leitura. São Paulo: Editora UNESP. Acesso em: 15/02/2026.

FONSECA, E. Interações: com olhos de ler, apontamentos sobre a leitura para a prática do professor da educação infantil. São Paulo: Blucher, 2012. – (Coleção Interações). Acesso em: 20/11/2025.

FONSECA, L. R. O papel da leitura no desenvolvimento cognitivo infantil. Revista Pedagogia Hoje, v. 8, n. 1, p. 22-35, 2012. Acesso em: 22/11/2025.

GINEAD. (2021). Entenda a importância da leitura na educação infantil. Disponível em: < https://www.ginead.com.br/blog/entenda-a-importancia-da-leitura-na-educacaoinfantil?utm_source=google&utm_medium=&utm_campaign=21517081582&utm_c ont ent=&utm_term=&gad_source=1&gad_campaignid=21513242096&gbraid=0AAAAA D3JbPDe7DzoISHRXC51TScgSsVV5&gclid=CjwK> Acesso em: 08/02/2026.

MARTINS, L. M., CARVALHO, B., DANGIÓ, M. C. (2018). O processo de alfabetização: da pré-história Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/sNtXNMtyt4MvF7hW8zKTR4c/?format=pdf> Acesso em: 08/12/2025.

MENDES, M. (2020). História da Escrita. EDUCA BRASIL. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/historia-da-escrita> Acesso em: 23/12/2025,

MEIRELES, C. (1984). Problemas da literatura infantil– 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Acesso em: 19/02/2026.

MORAIS, A. G. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012. Acesso em: 04/02/2026.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Acesso em: 16/01/2026.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2017. Acesso em:17/01/2026.

SOARES, M. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016. Acesso em: 17/01/2026.

SOUSA, M. J; LIMA, A. P. A importância da leitura na infância para o desenvolvimento cognitivo. Revista Educação Infantil, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2020. Acesso em: 28/11/2025,

VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Acesso em: 29/11/2025.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Acesso em: 13/01/2026.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Acesso em: 14/01/2026.

ZILBERMAN, R. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003. Acesso em: 09/12/2025.